



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Apoiar os alunos desfavorecidos para a concretização da equidade na educação**

O Governo recorre frequentemente aos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) para alegar que o nível da equidade na educação tem sido elevado em Macau. Segundo o Planeamento para os próximos dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior (2011 a 2020), a política básica para o desenvolvimento do ensino não superior é a promoção da equidade na educação; e o Planeamento a médio e longo prazo do ensino não superior (2021-2030), que foi recentemente submetido a consulta pública, continua a incluir o desenvolvimento de uma educação mais equitativa enquanto um dos princípios fundamentais.

O Governo salienta que os resultados da equidade na educação se baseiam, essencialmente, na implementação dos 15 anos de escolaridade gratuita, pois os alunos não deixam de estudar devido às dificuldades económicas da família. Na avaliação intercalar do Planeamento para os próximos 10 Anos para o desenvolvimento do ensino não superior realizada em 2016 (Nota 1), na parte relativa à equidade na educação, também se destaca a redução constante da taxa de abandono escolar e o aumento contínuo da taxa bruta de escolarização. Segundo os resultados do PISA, os padrões académicos dos alunos são cada vez mais reduzidos devido ao género e à família, entre outros factores.

No entanto, actualmente, a “equidade na educação” está ainda mais concentrada na generalização e na igualdade, ou seja, os alunos gozam, em termos teóricos, do direito à educação e dos recursos educativos públicos em pé de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

igualdade, mas, é necessário prestar atenção à equidade entre os diferentes alunos e escolas. Em particular, há que melhorar a qualidade do ensino em turmas pequenas, definir os planos de longo prazo dos terrenos para fins educativos e adoptar políticas adequadas para apoiar as escolas e os alunos desfavorecidos.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica e no Regimento, interpelo e solicito ao Governo da RAEM que me sejam dadas respostas claras, objectivas e adequadas sobre o seguinte:

1. Segundo a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, desde que o número de alunos por turma se mantenha entre 25 e 35, considera-se ensino em turmas pequenas, mas, a essência não reside na redução contínua da dimensão das turmas, mas na actualização e ajustamento dos métodos de ensino (Nota 2). No documento de consulta sobre o Planeamento a médio e longo prazo do ensino não superior, também não se menciona o ensino em turmas pequenas, por isso, tenho as minhas reservas. Assim sendo, gostaria de perguntar ao Governo: “a expansão e a melhoria contínua do ensino em turmas pequenas” deve estar incluída na agenda importante para o futuro desenvolvimento da equidade na educação, e, através da redução do número de alunos por turma, deve proporcionar-se aos docentes mais espaço para elevarem as suas técnicas pedagógicas, a interacção nas aulas e a eficácia do aconselhamento individual. O Governo concorda com isto?
2. Segundo o Guia de Funcionamento das Escolas (Ano Lectivo de 2019/2020) da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (Nota 3), foram definidas as áreas de construção por aluno (ensino infantil: 4 metros quadrados, ensino primário: 5 metros quadrados e, ensino secundário: 6,5 metros quadrados) e das actividades ao ar livre (ensino infantil: 1 metro quadrado, ensino primário:



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1,5 metros quadrados e, ensino secundário: 2,5 metros quadrados), mas muitos alunos não têm espaço suficiente para a aprendizagem nem para actividades, caso das escolas que funcionam em pódios de edifícios, o que impede a equidade na educação. O Governo procedeu a alguma avaliação para aferir se as escolas satisfazem os indicadores definidos para as instalações educativas? Quando é que o Governo vai definir um plano de longo prazo para os terrenos para fins educativos, e, especialmente, implementar, quanto antes, o planeamento e a construção de escolas no antigo canídromo e nas novas zonas urbanas?

3. A política da escolaridade gratuita de 15 anos tem como objectivo fundamental alcançar a generalização e a igualdade na educação, mas igualdade não significa equidade. A igualdade na educação é só um começo e ainda se está longe da equidade na educação em muitos aspectos, em particular, no que diz respeito às diferenças entre alunos, docentes e escolas, portanto, além da igualdade de tratamento, deve ter-se em conta a equidade. O Governo deve disponibilizar mais recursos para apoiar os alunos do ensino especial e inclusivo e, ao mesmo tempo, reforçar os apoios às escolas onde os recursos são mais fracos, e aos alunos com notas insatisfatórias. Vai fazê-lo?

25 de Janeiro de 2021

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Sou Ka Hou**



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Nota 1: Avaliação intercalar do Planeamento para os próximos dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior (2011-2020)

<https://portal.dsedj.gov.mo/webdsejspace/site/policy/202012/index-p.jsp?con=lastplan>

Nota 2: Resposta do Governo à interpelação oral apresentada pelo Deputado Sou Ka Hou no dia 17 de Agosto de 2020

[https://www.tdm.com.mo/c\\_video/play\\_video.php?id=54052](https://www.tdm.com.mo/c_video/play_video.php?id=54052)

Nota 3: Guia de Funcionamento das Escolas (Ano Lectivo de 2019/2020) da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

[https://www.dsedj.gov.mo/~webdsej/www/grp\\_sch/schguide/2019/SchGuide2019\\_03\\_07p.pdf](https://www.dsedj.gov.mo/~webdsej/www/grp_sch/schguide/2019/SchGuide2019_03_07p.pdf)